



Cidadania e Participação
Saúde e Educação de Qualidade

TRABALHANDO COM RÁDIOS COMUNITÁRIAS: **DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS PELO CEP**

DEZEMBRO DE 2017



MAPUTO – MOÇAMBIQUE

INDICE

1 INTRODUÇÃO	3
2 O TRABALHO REALIZADO COM AS RC	4
3 EXPERIÊNCIAS E LIÇÕES	9
4 NOTAS FINAIS	23

IMAGEM

Foto 1 – Trabalho com rádios comunitárias	4
Foto 2 – Trabalho com rádios comunitárias	14

TABELAS

Tabela 1 - OSC que implementaram o CPC, por província, distrito e tempo de implementação	5
Tabela 2 - Programas radiofónicos emitidos	7

Nota:

As opiniões, conclusões e recomendações expressas neste documento não reflectem necessariamente as dos financiadores do programa CEP, mas sim a dos autores do mesmo.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDA	Associação Nacional para o Desenvolvimento Auto-Sustentável
CEP	Programa Cidadania e Participação
CPC	Cartão de Pontuação Comunitária
NANA	Organização de Apoio ao Desenvolvimento
OCSIDA	Organização para o Desenvolvimento da Comunidade
OSC	Organização da Sociedade Civil
RC	Rádio Comunitária

1 INTRODUÇÃO

O programa Cidadania e Participação (CEP) é um programa de responsabilização¹ social que visa melhorar a qualidade dos serviços nas escolas e unidades sanitárias das zonas onde o programa é implementado. A teoria de mudança do CEP sugere que o fortalecimento do envolvimento dos cidadãos na monitoria dos serviços e na governação das unidades de prestação dos mesmos, pode melhorar a qualidade de serviços prestados e, a longo prazo, contribuir para maior bem-estar dos cidadãos.

O programa trabalhou, entre 2014 e 2017, em 93 escolas e 33 unidades sanitárias localizadas em 12 distritos distribuídos por 4 províncias: Liupo, Mogincual, Monapo e Murrupula em Nampula, Lugela e Monapo na Zambézia, Manica e Sussundenga em Manica, e Bilene, Chibuto, Chókwè e Limpopo em Gaza. O programa procurou alcançar os seguintes resultados principais: **(i)** um aumento de consciência dos cidadãos, comunidades e provedores de serviços sobre direitos de saúde e educação; **(ii)** o envolvimento activo dos cidadãos na monitoria dos serviços de saúde e educação; **(iii)** o engajamento dos cidadãos com os provedores de serviços para a solução dos problemas de desempenho identificados; e **(iv)** a elevação dos assuntos que não podem ser resolvidos localmente para níveis mais altos de decisão.

O programa teve uma forte componente de **(v)** aprendizagem e disseminação de informação e experiências. É no âmbito deste mandato de aprendizagem que se elaborou o presente documento que visa sintetizar as aprendizagens do CEP relativas ao trabalho com rádios comunitárias para efeitos de informação, consciencialização e mobilização. A finalidade deste trabalho é de deixar registadas experiências e as lições que podem ser úteis para outros programas de responsabilização social, a nível de base, e não só. As observações, constatações e recomendações aqui apresentadas têm como base os relatórios de trabalho produzidos pelas rádios comunitárias (RC), os relatórios das organizações da sociedade civil (OSC) locais que implementaram o CEP, as diversas actividades de acompanhamento presencial do trabalho das RC por pessoal ligado ao programa, análises internas ao nível das unidades de gestão do programa, e as contribuições das rádios comunitárias recolhidas em três seminários de reflexão organizados pelo CEP em Nampula, Manica e Gaza, entre Agosto e Outubro de 2017. Ao longo do documento mantiveram-se algumas expressões usadas pelas fontes de informação.

¹ No CEP *accountability* é traduzido por responsabilização.

2. O TRABALHO REALIZADO COM AS RC



A integração das RC no programa CEP surgiu no contexto do Resultado Específico 1 - um aumento de consciência dos cidadãos, comunidades e provedores de serviços sobre direitos de saúde e educação. Ao nível dos distritos, as RC são os meios de comunicação mais abrangentes, com a vantagem de difundir programas nas línguas locais, para além da língua portuguesa. Do ponto de vista do CEP, as RC teriam a capacidade de contribuir fortemente para um triplo objectivo:

- (i) Reforçar e complementar as mensagens do CEP nas zonas onde este estava a ser implementado, as quais estavam igualmente a ser transmitidas através de contactos interpessoais, peças teatrais, brochuras e outro material escrito;
- (ii) Levar a informação sobre direitos e responsabilidades em relação à saúde e educação aos cidadãos e cidadãs residentes em zonas mais distantes que não estavam a beneficiar das actividades presenciais de consciencialização do CEP; e
- (iii) Levar para o público informação sobre os processos que se estavam a realizar no quadro do programa, nomeadamente resultados do engajamento entre provedores e cidadãos, implementação dos planos de acção acordados, etc.

Esperava-se também alguma integração destes temas na programação das RC de forma que pudessem ter continuidade depois do fim do CEP.

Foram contratadas um total de 13 RC operando em 12 distritos do país, como se vê na tabela em baixo.

Tabela 1 - OSC que implementaram o CPC, por província, distrito e tempo de implementação

PROVÍNCIA/ DISTRITO	NOME DA RC	PROPRIEDADE	CONTRATANTE LOCAL
Nampula			
Liupo	RC Liupo	Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional	Facilidade – Instituto para a Cidadania e Desenvolvimento Sustentável
Monapo	Centro Multimédia Comunitário de Monapo	Associação Watana	Associação Watana
Zambézia			
Mocuba	RC Licungo	Instituto de Comunicação Social	NANA – Organização de Apoio ao Desenvolvimento
Lugela	RC Lugela	Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional	NANA
Manica			
Manica	RC Macequece	Associação dos Amigos de Manica	ANDA (Associação Nacional para o Desenvolvimento Auto-sustentado)
Sussundenga	RC Sussundenga	Instituto de Comunicação Social	ANDA
Gaza¹			
Chibuto	RC Chibuto	Instituto de Comunicação Social	Nova Vida
Limpopo	RC Xai-Xai	Instituto de Comunicação Social	Nova Vida
Bilene	RC da Macia	António Domingos Mabasso	OCSIDA (Organização para o Desenvolvimento da Comunidade)
	RC Hluvucane	Associação Criança Família e Desenvolvimento	OCSIDA
Chókwè	RC Lhuvuku	Associação Humanitária de Apoio à Velhice – Vukoxa	VUKOXA
	RC Samora Machel	Comunidade	VUKOXA
Guijá	RC Guijá	Instituto de Comunicação Social	VUKOXA

Os procedimentos organizativos foram semelhantes para todas as RC, não obstante algumas terem entrado em acção mais tarde que outras. Grosso modo o trabalho pode ser dividido em duas fases:

Fase 1. A selecção e contratação da RC pela OSC distrital ou provincial responsável pela implementação do programa CEP, em coordenação com a gestão do programa em Maputo; participação num workshop de capacitação, de uma semana, realizado sob a coordenação da N'weti; produção e emissão de programas.

Fase 2. Depois de um levantamento, decidiu-se reforçar a capacidade das RC através de formação em trabalho por um especialista de comunicação social, apoiando e dinamizando a produção de mais programas; realização de workshops de capacitação em direitos e responsabilidades na saúde e na educação; alguns investimentos em equipamento e acessórios essenciais; e uma maior ênfase na produção de programas em línguas locais.

As RC receberam materiais de apoio durante o processo, em particular um manual contendo guiões de programas focando diferentes aspectos e componentes do programa do CEP, e sobretudo os direitos e deveres dos cidadãos nas áreas de educação e saúde; e brochuras detalhando esses direitos e mobilizando para a acção. Ajustes orçamentais contribuíram para que os programas radiofónicos, produzidos em formato "magazine", acompanhassem e difundissem mais actividades do CEP no terreno.

² Em Gaza o programa trabalhou efectivamente com 6 rádios, porque a RC Guijá entrou em substituição da RC Lhuvuka, que entretanto tinha sofrido uma avaria grossa.

³ Ver P. Gaster (Julho 2016). Intervenção das Rádios Comunitárias e dos Grupos Teatrais na implementação do programa CEP – levantamento da situação actual e propostas para melhorar a intervenção.

⁴ Os materiais são disponíveis no website: www.cep.org.mz

Os temas dos programas “magazine” produzidos e emitidos pelas rádios comunitárias no âmbito do programa CEP foram os seguintes:

Tabela 2 - Programas radiofónicos emitidos

SAÚDE	EDUCAÇÃO
Edição 1: O que são direitos humanos e como é que me dizem respeito;	Edição 1: O que são direitos humanos e como é que me dizem respeito;
Edição 2: Desenvolvimento, cidadania e participação 1;	Edição 2: Desenvolvimento, cidadania e participação 1;
Edição 3: Desenvolvimento, cidadania e participação 2;	Edição 3: Desenvolvimento, cidadania e participação 2;
Edição 4: O direito à saúde em Moçambique;	Edição 4: O direito no acesso à educação 1;
Edição 5: Os nossos direitos no acesso à saúde: a importância do acesso a informação;	Edição 5: O direito no acesso à educação 2;
Edição 6: Os nossos direitos no acesso à saúde: serviços de qualidade no sector de saúde 1	Edição 6: Educação de qualidade;
Edição 7: Os nossos direitos no acesso à saúde: serviços de qualidade no sector da saúde: o atendimento nas unidades sanitárias 2;	Edição 7: Denúncia de violação do direito à educação;
Edição 8: Os nossos direitos no acesso à saúde: serviços de qualidade no sector da saúde: o direito à privacidade 3;	Edição 8: O direito de acesso à educação: papel dos alunos e pais encarregados de educação;
Edição 9: Os nossos direitos no acesso à saúde: tratamento adequado;	Edição 9: Famílias e comunidades participando na educação 1;
Edição 10: Os nossos deveres e responsabilidades: cuidar da nossa saúde;	Edição 10: Famílias e comunidades participando na educação 2;
Edição 11: Os nossos deveres: os técnicos de saúde, nossos amigos;	Edição 11: Os professores como agentes de educação e actores de desenvolvimento;
Edição 12: Denúncia de violação do direito de saúde;	Edição 12: Recapitulação dos programas abordados. Resumo dos principais temas abordados.
Edição 13: Recapitulação dos programas abordados. Resumo dos principais temas abordados.	

As RC tiveram as suas relações de trabalho mais directas com as OSC contratantes, as quais apoiaram na preparação dos programas, na formulação de convites aos potenciais entrevistados, participaram nas reportagens no terreno, etc. A N'weti, membro do consórcio CEP, preparou a versão inicial da estratégia de informação e consciencialização do programa, a qual foi revista mais tarde para a adequar melhor aos objectivos do programa. Elaborou também os respectivos materiais, organizou as primeiras capacitações e elaborou o Manual de Apoio às Rádios Comunitárias. Os oficiais do programa provinciais do CEP e a gestão em Maputo acompanharam o processo e intervinham quando e onde necessário, analisaram os dados, e tomaram as decisões sobre os ajustamentos introduzidos ao longo do programa.

De acordo com as estatísticas do CEP estima-se que a meta de cidadãos alcançados pelos programas foi alcançada. Na opinião das RC, baseada no feedback dos seus ouvintes, *muitas pessoas chegaram a conhecer os seus direitos e deveres nas áreas de saúde e educação pela primeira vez* e identificaram-se com as situações exemplificadas nos programas. A disseminação desta informação levou os provedores de serviços e autoridades locais a dar mais atenção às reclamações dos cidadãos.

As comunidades conheceram os mecanismos de denúncia, o que não sabiam antes. A educação passou através destes programas a ser vista como um direito e dever do cidadão e não um favor, as comunidades pediam escolas aos governantes na perspectiva de favor, sem saber que se tratava de um direito. Os governantes e líderes locais ficaram mais abertos em relação às comunidades, dado que sabiam que já têm conhecimento de direitos. Opinião de RC em Nampula (Seminário de reflexão, CEP: 2017).

3. EXPERIÊNCIAS E LIÇÕES

Este capítulo pretende destacar as lições mais significativas apreendidas pelo CEP. Na verdade, aprenderam-se muitas lições valiosas de parte a parte – se se começasse de novo, certamente haveria modificações nas metodologias de trabalho, e certamente o rendimento seria maior tanto para o programa como para as RC.

3.1 Como conhecer os novos parceiros e integrá-los de forma apropriada?

Por razões organizativas, o trabalho com as RC foi iniciado depois do arranque das componentes nucleares do programa, nomeadamente o trabalho com as comunidades e os provedores dos serviços de educação e saúde para a implementação do Cartão de Pontuação Comunitária (CPC) nos locais seleccionados. Os manuais de formação das RC não ficaram prontos quando previsto e, por isso, a capacitação foi adiada para se aguardar os manuais. Coube a cada organização implementadora local concretizar os termos dos contratos entre elas e as RC e disponibilizar os fundos, o que igualmente levou algum tempo, acabando por criar um período de tempo entre o momento dos primeiros contactos e capacitação e o momento das RC iniciarem a sua programação.

No início da parceria com as RC, assumiu-se que as RC tivessem as condições mínimas para poder cumprir com as suas obrigações em termos de capacidades humanas, materiais e financeiras. Ao longo do tempo constatou-se que, na realidade, havia limitações na capacidade técnica para produzir programas e, em alguns casos, o equipamento e os estúdios tinham deficiências, prejudicando a qualidade da produção e a edição dos programas. Por outro lado viu-se que os custos de produção dos programas, sobretudo os custos de deslocações para recolha de dados e reportagens no terreno, haviam sido subestimados pelas RC, e as OSC contratantes não tiveram possibilidades imediatas de financiar estas actividades não obstante vários esforços empreendidos (foi necessário reverter o orçamento da subvenção).

⁵ Os registos do CEP indicam que cerca de 230 mil pessoas assistiram aos programas, na base da percentagem de pessoas que ouvem regularmente programas de governação. No entanto, na prática, os programas produzidos pelas RC tiveram mais características de programas de saúde e educação, do que de governação, pelo que se estima que uma percentagem maior de pessoas tenha ouvido os programas. Esta percepção é reforçada pelos dados recolhidos no terreno durante a monitoria do programa.

Consequências:

- Nos distritos onde o processo dos CPC começou antes do trabalho com as RC, foi difícil enquadrar o trabalho destas nas actividades do programa já em curso. Faltaram, por exemplo, oportunidades de envolvê-las na capacitação inicial dos facilitadores e supervisores que faziam parte das equipas de implementação. Teria sido útil para as RC terem tido ligações de trabalho com os facilitadores comunitários desde o início do CEP; estes por, seu turno, não tinham inicialmente tarefas definidas em relação aos programas radiofónicos, o que contribuiu para o início tardio da cobertura radiofónica das actividades do programa;
- Nos distritos onde o trabalho com as RC começou antes ou ao mesmo tempo que as actividades do CPC (Monapo, Chibuto e Limpopo), foi possível articular e coordenar melhor o conjunto das actividades de consciencialização, o que facilitou a implementação do CEP;
- Os contratos entre as OSC e as RC variaram de distrito para distrito em termos de valores a pagar por programa, métodos de quantificar os programas produzidos (por emissão, por língua, etc), e as responsabilidades de parte a parte;
- O pessoal voluntário das RC sentiu-se marginalizado durante o processo de contratação e queixou-se de falta de transparência dentro das próprias rádios;
- Houve necessidade de reforçar os meios materiais das RC com equipamento adicional, principalmente gravadores e computadores;
- Houve necessidade de rever a estratégia de capacitação do pessoal (ver o ponto 3.2);
- Houve necessidade de ajustar os orçamentos alocados para esta componente do programa, para contemplar os investimentos em materiais e capacitação.

⁶ Foi necessário rever o orçamento da subvenção para acomodar um aumento de fundos para as RC e submetê-lo à aprovação da gestão do CEP.

Lições:

- É desejável realizar um levantamento prévio do estado de cada RC por contratar (à semelhança do que se faz com as OSC), e planificar orçamentos realistas à luz daquilo que se pretende do contratado;
- Quando possível convém iniciar a contratação das RC em simultâneo com os demais processos de implementação;

Para consistência do programa é importante que os contratos com as RC sigam termos de referência únicos, assegurando a integração plena delas no programa, e clareza a todos os níveis acerca dos objectivos e responsabilidades de cada uma das partes. Em particular é importante clarificar questões sobre o papel da OSC na preparação dos programas, quem fará a aprovação dos programas após a sua gravação, as responsabilidades para a supervisão e apoio diário (de preferência a OSC local), e as modalidades de prestação de contas por parte das RC.

3.2 Como garantir capacitação e acompanhamento contínuo no contexto da rotatividade dos voluntários?

A capacitação inicial foi realizada num momento quando o relacionamento formal com as RC ainda não estava concretizado, e os participantes das rádios não estavam bem informados sobre os propósitos e objectivos do CEP. Assim, a capacitação serviu como um primeiro contacto com o programa e com a metodologia de trabalho proposta, por exemplo, o uso do formato “magazine” com base em guiões pré-preparados centralmente. O “magazine” incorpora várias técnicas radiofónicas, com itens curtos e variados, desde reportagens no terreno e entrevistas de rua “vox pop” até debates no estúdio, entrevistas formais e peças de teatro radiofónico. Os guiões ajudaram os produtores a não desviar das mensagens principais e a manter a necessária variedade e interesse, mas houve dificuldade em os utilizar. Foi montado um sistema de monitoria remota, por via das OSC, em vez de um acompanhamento directo para fazer o seguimento da capacitação inicial, o qual não foi eficaz.

Com o andar do tempo tornou-se claro que não obstante a utilidade do primeiro workshop de formação, era necessário consolidar as bases e dar mais apoio directo. Algumas RC disseram ser a primeira vez que produziam programas “magazine”, enquanto outras reclamaram falta de conhecimentos técnicos adequados para a produção, em especial conhecimentos de edição digital (Adobe Audition). Nessa base, o CEP contratou um especialista em comunicação social para fazer dois ciclos de formações em trabalho em cada rádio, no período de um ano, assim abrangendo um maior número do pessoal dentro de cada RC. Este especialista apoiou directamente a produção de (entre 8-12) programas em cada rádio durante a sua estadia no terreno.

Não se pode falar de capacitação sem falar do grupo-alvo, ou seja os voluntários e pessoal das RC. Todas as RC, em maior ou menor grau, contam com voluntários como jornalistas, locutores, produtores ou técnicos, que são por inerência, um grupo em movimento constante: alguns conseguem emprego, outros terminam a escola e saem do distrito, outros ficam desanimados pelas condições difíceis de trabalho e falta de compensação ou valorização, etc. Isto é um problema comum às rádios do País e, apesar de várias tentativas de minimizar os seus efeitos no funcionamento das RC, o efeito negativo desta rotatividade mantém-se. Formação em serviço é uma estratégia para manter os voluntários, fazendo com que todos tenham oportunidades iguais para aprender e evoluir profissionalmente.

Consequências:

- Na primeira fase, e no geral, as RC encontraram dificuldades em produzir os programas de acordo com o planificado, o que contribuiu para alguns mal-entendidos com as OSC que as contrataram;
- A falta de capacidade técnica por parte dos voluntários foi um factor condicionante para a qualidade dos programas. Participantes nos seminários de reflexão referiram que não tinham acesso a formação dentro das RC. Disseram que, por um lado, são capacitadas sempre as mesmas pessoas e que depois estas não fazem réplica quando voltam às suas rádios; por outro lado, indicaram que muitas formações são teóricas e não há muito tempo para os formadores fazerem trabalho junto com os formandos - e desta forma eles não aprendem ;
- Inicialmente, apesar de terem sido orientados para fazer as adaptações necessárias aos guiões, várias RC tinham medo de

se “desviar” deles; mais tarde, com o apoio do especialista de comunicação, ganharam confiança para introduzir ajustes consoantes os contextos e prioridades locais.

De entre este grupo, a situação das mulheres voluntárias nas RC, geralmente minoritárias, merece aprofundamento. As justificações pela falta de mulheres dadas pelas RC eram aquelas normalmente apresentadas em todos os sectores da sociedade. Mas durante os seminários de reflexão, os participantes das RC apontaram outras situações: as mulheres não têm espaço para aprender nem para contribuir para o desenvolvimento das rádios comunitárias, pois, parte-se do princípio que as mulheres não são capazes de realizar actividades técnicas e nem de aprender; quando há oportunidades de alguma remuneração, os homens das rádios decidem entre eles quem vai beneficiar, colocando no segundo plano as mulheres; falaram também de casos de assédio sexual e relações de poder desiguais.

Assim,

- Quando o funcionamento interno das RC está em contradição com as mensagens de inclusão e igualdade que difundem, isso pode prejudicar o impacto, porque os grupos-alvo das mensagens não se vêem presentes nos programas;
- A mobilização de mais mulheres como voluntárias pode ser cada vez mais difícil quando percebem que não vão poder evoluir profissionalmente.

Mesmo nas rádios, as mulheres são sugeridas para a recolha de vox pop e outras actividades que os técnicos (homens) considerarem menos relevantes e leves, assumindo-se que as mulheres não são capazes de fazer outras actividades mais complexas. No processo de tomada de decisão sobre a vida da rádio, as mulheres não são incluídas, elas se consideram sobreviventes e isto tem contribuído bastante para a sua desistência.

*Opinião de RC em Nampula e Gaza
(Seminários de reflexão, CEP: 2017).*



Lições:

- O sistema de capacitação regular em serviço aumentou a produtividade e qualidade dos programas das RC;
- Quem pretende trabalhar com as RC, e organiza cursos ou workshops de capacitação para o efeito, deve estar atento às questões da representatividade, evitando a tendência em algumas RC de enviar sempre as mesmas pessoas, e assegurando a participação de mulheres;
- Esses workshops devem incluir orientações sobre como retransmitir os novos conhecimentos dentro das suas RC, de forma a facilitar o trabalho posterior dos participantes; os materiais produzidos devem ser acessíveis e fáceis de usar pelo pessoal das RC;
- Seria relevante, para quem trabalha com RC, aprofundar o entendimento dos factores que dificultam a mudança da maneira de trabalhar dos voluntários, por exemplo, falta de tempo, falta de hábito de leitura (por exemplo as brochuras informativas), horários irregulares, cultura de “despachar”, falta de exigência, falta de discussões e balanços internos;
- Quando o trabalho do contratante está virado para questões de inclusão e género, e pretende difundir mensagens radiofónicas sobre estas matérias, o processo de produção dos programas deve também ser inclusivo e promover a participação de mulheres e outros grupos discriminados. Isto leva tempo a concretizar e deve ser considerado na planificação.

3.3 Como assegurar a emissão dos programas em línguas locais com a devida qualidade?

O CEP insistiu na importância de difundir os seus programas nas várias línguas locais usadas pelas RC⁸, lado ao lado com as emissões na língua oficial. Assim chegaria a mais ouvintes, considerando a percentagem considerável de pessoas em comunidades rurais que não falam ou entendem pouco a língua portuguesa. Surpreendentemente, esta exigência foi considerada um grande desafio pelas RC, que nos seminários de reflexão justificaram as suas posições, apresentando uma série de dificuldades (algumas contraditórias).

Pelo interesse comum desta problemática achou-se que merece uma secção em separado, embora também esteja intrinsecamente ligada às reflexões sobre capacitação, voluntariado, recepção das mensagens, etc.

- Quanto aos materiais informativos e manuais do programa, houve unanimidade que deveriam ser produzidos na língua portuguesa, para tradução local pelas RC, isto porque quando recebem materiais na língua local muitas vezes são mal traduzidos, ou as formas da língua e o seu vocabulário são diferentes das usadas localmente⁹;
- Ao mesmo tempo, as RC que não tinham recebido capacitação sobre os conceitos de governação, direitos, deveres, cidadania e participação¹⁰ manifestaram dificuldades em traduzí-los para as suas línguas locais, e outras mencionaram uma falta de tradutores adequados;
- Com algumas excepções, por exemplo pessoas transferidas de outras zonas por razões de serviço, os jornalistas e produtores das RC falam e comunicam na língua local; entretanto muitos consideram que o seu domínio da língua não é adequado para a produção de programas informativos para o grande público¹¹;

⁸ É de notar que várias RC emitem em português e até 2 ou 3 línguas locais, o que coloca desafios ainda maiores para as redacções.

⁹ Reclamações idênticas de ouvintes são frequentes em relação aos programas em línguas locais emitidos pelas Emissoras Provinciais da Rádio Moçambique (comunicação de Polly Gaster).

¹⁰ Não foi possível fazer esta formação na província de Nampula por razões de calendário.

¹¹ Este posicionamento é estranho considerando que, em muitos casos, o seu domínio da língua portuguesa também é deficiente e isso parece não constituir factor impeditivo do uso da língua..

- Alguns participantes nos seminários opinaram que os jovens preferem programas na língua oficial, mas todos reconheceram que as RC geralmente têm mais ouvintes nas zonas rurais, onde, para muitos, o uso da língua oficial constitui barreira ao acesso à informação;
- Parece existir um pensamento ou preconceito comum segundo o qual programas sobre assuntos “sérios”, e que incluem entrevistados e oradores que são dirigentes locais e afins, só devem ser produzidos na língua oficial. A técnica de, por exemplo, pedir entrevistas em duas línguas não funciona, não obstante discussões frequentes sobre esta questão nas capacitações (não está claro se este posicionamento é uma suposição das RC ou se se trata de uma regra ou orientação a nível das estruturas de supervisão dos sectores);
- Parece que os membros das redacções em línguas locais tendem a ser locutores, e não jornalistas e produtores, o que pode ser um reflexo das prioridades ou normas informais em vigor nas RC; nos seminários algumas RC disseram que os seus colegas das redacções em língua local não foram seleccionados para ir às formações.

Consequências:

- Em geral, a programação em línguas locais tem tido a tendência de ser mais fraca em termos de conteúdo;
- Dificuldades com a tradução de conceitos e vocábulos de português para uma língua local podem distorcer as mensagens que estão a ser veiculadas;
- Uma certa subordinação da programação em língua local à programação em língua portuguesa, porque as chefias das RC e os melhores jornalistas estão congregados a volta da língua oficial e não vêm vantagens de especialização nas línguas locais.

Lições:

- Averiguar a situação real das redacções em línguas locais aquando dos levantamentos iniciais das RC para poder identificar problemas e direccionar medidas correctivas para a sua solução; Investir mais recursos especificamente na produção de programas em língua local;

- Encorajar debates sobre os desafios de uma programação de qualidade em línguas locais nas RC;
- Assegurar que pessoal das redacções de línguas locais são seleccionados para participar em actividades de formação, trocas de experiências, etc;
- Promover técnicas de produção visando facilitar a produção de programas paralelos em línguas diferentes sobre os mesmos temas, em vez de depender unicamente de traduções;
- Promover o hábito de consultar professores, idosos e outros sobre a tradução de determinados conceitos e palavras, procurando chegar num consenso.

3.4 Como saber se as mensagens alcançaram os seus objectivos?

Saber até que ponto um programa radiofónico conseguiu influenciar comportamentos e acções nunca é fácil. No contexto de um programa multifacetado, que procura resultados qualitativos a médio e longo prazo como CEP, torna-se mais difícil.

Esta questão foi debatida nos seminários provinciais de reflexão, para os quais as RC trouxeram o feedback recolhido através das linhas abertas, interacções com ouvintes e outros comentários recebidos. Ouviram-se também as percepções das pessoas das OSC que implementaram o CEP no terreno e que participaram nesses seminários. A seguir se apresentam algumas das observações feitas nos debates.

- As RC notaram uma diferenciação de interesse nos programas, entre os utentes e os provedores de serviços. A experiência, no âmbito do programa CEP, mostrou que os cidadãos estavam mais interessados em ouvir programas relacionados com os seus direitos do que programas que abordam os seus deveres. Na perspectiva das RC, isto deve-se ao facto de as comunidades e utentes dos serviços de educação e saúde terem vivido durante muito tempo sem saber que tinham alguns direitos, como o direito à participação, entre outros. Por outro lado, as RC sentem que os provedores têm menos interesse na disseminação dos direitos dos cidadãos, porque quando os utentes ficam a conhecer os seus direitos, começam a exigí-los, e aumenta a demanda nas unidades sanitárias e escolares, bem como a exigência de qualidade de serviço por parte dos utentes.

- Em relação aos deveres, os provedores têm mais interesse no cumprimento dos deveres por parte dos cidadãos, enquanto há utentes dos serviços que não estão interessados nos seus deveres, por exemplo, não sentem que cabe a eles conservar infraestruturas ou evitar danos, porque os provedores têm pessoal próprio para tomar conta de manutenção e limpezas. Por exemplo, foi referido por uma RC que, na sequência do programa que aborda as responsabilidades (deveres) dos alunos e encarregados de educação, alguns ouvintes reagiram de forma negativa, alegando que este programa quer dar trabalho às comunidades e que as escolas deviam se encarregar de realizar todas actividades sem apoio destas.
- Outra vertente nesta área foi exemplificada por alguns casos de contactos feitos com as RC por professores, a título individual, manifestando interesse em conhecer mais acerca dos seus próprios direitos e deveres, que desconheciam.

Durante a implementação do programa CEP, constatou-se que havia cobranças nas escolas para a realização de determinadas actividades, mas as comunidades não eram envolvidas na planificação nem acompanhavam como as suas contribuições estavam a ser utilizadas. Através dos programas radiofónicos, e concretamente a edição que aborda o papel dos alunos e encarregados de educação, perceberam que devem ser envolvidas na planificação, decisão e execução dos fundos da escola, de forma directa ou através do Conselho de Escola.

Em relação à distribuição do livro escolar, as comunidades não sabiam que os seus filhos (que não receberam livros) tinham direitos iguais em relação aos que tinham acesso, tendo sido durante os programas radiofónicos que este tema despertou a consciência das comunidades.

*Opinião de RC em Nampula e Gaza
(Seminários de reflexão, CEP: 2017).*

- Em relação aos conteúdos que interessaram aos ouvintes, eram todos aqueles que abordam sobre os seus direitos, tais como a importância do acesso à informação, o atendimento nas unidades sanitárias e escolas, direito à privacidade, denúncia de violação do direito à saúde, direito à educação, educação de qualidade, e o papel dos professores como agentes de educação e de desenvolvimento. Em relação aos formatos que veiculavam os conteúdos, os ouvintes receberam melhor os debates, entrevistas, vox pop, spots, dramatização.

***Vox pop** gostaram porque é neste momento onde se coloca a opinião dos ouvintes. As comunidades sentem que participaram, pois dão a sua opinião e sua voz. As percepções das comunidades são visíveis aqui. Na vox pop é possível ouvir várias opiniões de membros da comunidade. As comunidades também gostam de debates, pois sentem que as suas questões estão recebendo a devida atenção e seguimento.*

Nos debates há clarificação de todas as dúvidas das comunidades, pois temos técnicos (dos sectores de saúde e educação) com experiência e com informação e conhecimento sobre as áreas. Às vezes membros das comunidades colocam as suas opiniões e às vezes sem muita certeza e ou com dúvidas.

A dramatização traz as experiências da comunidade, por exemplo, o professor que convida a aluna a lavar pratos às 18h e usa este momento para violá-la sexualmente. As comunidades identificam as histórias contadas com o que acontece nas suas vidas.

*Opinião de RC no seminário de reflexão
em Manica, CEP:2017.*

- As RC também notaram que os ouvintes perdem interesse em programas que sempre informam e falam dos mesmos assuntos, mas que não mostram mudanças em termos de melhorias dentro das escolas e centros de saúde, ou no seio dos provedores. Por exemplo, para os cidadãos não basta fazer programas que abordam sobre cobranças ilícitas, é preciso mostrar o que se tem feito para o combate, e trazer exemplos de sucesso e/ou casos concretos; só desta forma os utentes se interessam em participar.
- Existem casos de reacções negativas aos programas radiofónicos a nível de provedores, que podem ser consideradas como resistência à mudança. Na opinião das RC, os provedores sentem-se atacados quando as rádios emitem programas sobre cobranças ilícitas na saúde, que foi o tema mais bem-recebido pelos utentes, no geral. Alguns provedores e estruturas de governação local foram mais longe, dizendo que os programas iriam provocar confusão nas unidades de saúde e educação, e que são da oposição e agitam as comunidades contra a governação local. Notou-se que os provedores e governo não estão habituados a prestar contas e dar informação sobre a gestão dos serviços – quando falam nas RC é mais para falar dos aspectos técnicos de saúde ou educação.

Segundo as RC, esta situação acabou afectando os programas, porque foi um factor de fraca colaboração dos provedores de serviços quando solicitados a participar nos debates de estúdio nas rádios comunitárias. As RC também encontraram dificuldades quando fizeram reportagens no terreno, porque não foi prático trabalhar dentro das unidades de serviços: os cidadãos entrevistados lá não quiseram falar abertamente, e os trabalhadores de educação e saúde também não quiseram falar.

- As RC consideraram que os seus ouvintes escutam as rádios por uma diversidade de motivos. Na generalidade, o grupo maior é constituído por pessoas que vivem distante da vila e que têm apenas a rádio como fonte para informação e diversão. O grupo menor é constituído por pessoas que vivem na vila, onde tem várias fontes de informação disponíveis. Entretanto, segundo as RC, há vários grupos, tanto nas vilas como nas zonas distantes, que têm razões específicas para escutar os programas do CEP, por exemplo: os provedores ouvem os programas com o objectivo de saberem o que os utentes e as comunidades falam sobre as unidades onde providenciam serviços; as mulheres grávidas para se informarem so-

bre a maternidade; os líderes governamentais e tradicionais, como mecanismo de informação e controlo das áreas da sua jurisdição; e há os que usam a informação para a tomada de decisões. Outros grupos de interessados podem ser jovens estudantes, funcionários, encarregados de educação, pessoas vulneráveis, idosos, etc.

Ao mesmo tempo há ouvintes que não escutam programas educativos como os do CEP, porque gostam mais de programas recreativos e preferem ligar para cumprimentar amigos e familiares.

- Não obstante as dificuldades, ficou claro que as RC consideraram as metodologias e técnicas usados nos programas como ferramentas úteis que estavam a ajudá-las a cumprir a sua missão de comunicar com e consciencializar as suas comunidades. Depois de assimilar os conhecimentos, algumas têm continuado a usar as habilidades adquiridas para outros programas e iniciativas. Um exemplo vem de uma RC em Nampula, que usou o que aprendeu para produzir programas sobre casamentos prematuros e sobre o direito à educação para crianças com necessidades educativas especiais.

Consequências:

- Os programas do CEP suscitaram interesse e debates nos temas de direitos e deveres, e ajudaram na mobilização das comunidades e provedores para acções concretas;
- Os temas dos programas ajudaram a revelar reacções variadas, incluindo o desagrado de alguns provedores;
- Há casos onde o desagrado dos provedores e críticas do governo local contribuíram para um certo clima de medo de falar, tanto entre trabalhadores das RC, como entre cidadãos utentes dos serviços de educação e saúde; num dos seminários de reflexão, foi referido um caso de represálias contra um jornalista enquanto utente dos serviços, e ameaças a nível político¹³.

¹³ Existem recursos para apoio aos jornalistas em casos de ameaças e perseguições por parte dos provedores de serviços e governantes, como o Instituto para a Comunicação Social da África Austral (MISA Moçambique), o Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ), e outras organizações da sociedade civil que trabalham com a liberdade de imprensa.

Lições:

- Esta reflexão mostra claramente que os conteúdos, ainda que sejam do interesse público e comum, podem ser interpretados de diferentes maneiras tendo em conta os interesses de grupos ou estratos sociais existentes nas comunidades. As posições sociais contribuem para o maior ou menor interesse em relação aos conteúdos dos programas radiofónicos, ou mais interesse em alguns em detrimento dos outros. Assim o trabalho de consciencialização deverá ser reforçado: os provedores e os governantes têm que perceber que os cidadãos têm direito a acesso à informação e de denunciarem casos de violação dos seus direitos, é uma questão de cidadania e não perseguição dos provedores; os cidadãos têm que entender que têm deveres que requerem a sua participação activa, para além de terem direitos.
- Ao fazer programas radiofónicos sobre questões de responsabilização social ou governação, é preciso tomar em conta que as RC poderão enfrentar resistência e pouco apoio por parte dos provedores de serviços, principalmente quando os temas que se pretendem abordar coloquem em causa a sua autoridade e gestão. As RC devem estar devidamente preparadas com estratégias apropriadas, e deve-se garantir apoio no caso de tais situações, sobretudo dos parceiros dos programas a nível local, provincial e nacional. É preciso ainda considerar outras formas de apoio para casos de jornalistas vítimas de repressão.
- As RC precisam de ser apoiadas com informações e evidências de fontes fiáveis que ilustram e fundamentam a objectividade das matérias difundidas nos seus programas, por exemplo entrevistas com utentes dos serviços e com membros dos Conselhos de Escola e outras estruturas locais. As OSC podem fornecer dados baseados no uso do CPC e outras ferramentas de monitoria das realidades, e os jornalistas e locutores das RC devem estar preparados para poderem gerir os debates e conduzir da melhor forma as conversas e entrevistas de forma que os utentes e provedores aprendam e desempenhem os seus papéis de forma construtiva, focando os assuntos em análise.
- Algumas RC referiram que a rádio é vista pelas comunidades como fonte segura e importante de informação. Segundo elas não é verdade que, por causa da TV ou da internet, os cidadãos não tenham interesse na rádio – no caso presente, considera-

ram que os programas apoiados pelo CEP aumentaram a audiência da rádio porque eram de qualidade e atractivos.

- Actividades simples e não custosas podem ser realizadas para aumentar o papel das RC. Por exemplo, o CEP começou a discutir sobre trabalhar com grupos de escuta para fortalecer a mensagem, mas não houve tempo para implementação. Poderia ser algo a explorar no futuro. Outras sugestões vão para as próprias RC: escutando e implementando as propostas dos ouvintes em termos de programação, realizando pesquisas de audiência e criando mais espaço nos programas para tempos de linha aberta.
- O acompanhamento dos programas das RC deve ser permanente, e sobretudo qualitativo, visando averiguar o cumprimento dos objectivos e resultados do CEP. É importante também garantir que as RC estejam em condições para criar os seus próprios arquivos de dados e dos programas, e para fornecer relatórios adequados a quem de direito. Estes arquivos podem igualmente constituir parte da defesa da RC contra críticas infundadas.

4. NOTAS FINAIS

Olhando para as experiências e lições aprendidas apresentadas no presente documento é possível extrair algumas conclusões gerais.

- É claro que as ideias e recomendações contidas nas “Lições Aprendidas” ligadas a cada pergunta temática acabam por ser interligadas, porque todas elas contribuem para o sucesso dos programas produzidos pelas RC, e algumas soluções dependem da solução de outras questões.
- Ao trabalhar com as RC, as abordagens do parceiro/contratante devem ter como ponto de partida que uma rádio comunitária faz parte integral dos processos de desenvolvimento locais, não está em cima ou paralela a eles, e também necessita de tempo e recursos para poder enraizar culturas diferentes; portanto, precisa de um tratamento igual às demais componentes de um programa que pretende apoiar mudanças sociais a nível da base. Assumir como pressuposto que as RC estão formadas como agentes de mudança local pode induzir à formulação de estratégias de trabalho erradas, não baseadas nas realidades locais.

- É neste contexto que surge a questão das ligações e relações de trabalho com os contratantes de um determinado trabalho: trata-se de uma relação comercial entre contratante ou contratado, com início, meio e fim, ou do início de uma relação mais duradoura que prevê trazer melhorias nas condições e capacidades do parceiro que vão durar para além do fim do contrato?
- Uma abordagem desenvolvimentista, com uma visão da evolução do parceiro a médio ou longo prazo, tem outras implicações, por exemplo:
 - › Acompanhamento e monitoria permanente, que permitirá a identificação de problemas a tempo para a sua resolução, em vez de esperar para os relatórios finais;
 - › Flexibilidade por parte do contratante, para poder introduzir os ajustes e rectificações necessários;
 - › Colaboração e partilhas de informações entre os parceiros locais e nacionais que estejam a trabalhar com as RC, para assegurar complementaridade de acções de capacitação e outras, maior aproveitamento das experiências de outros e eventuais sinergias;
 - › Cumprimento pelo contratante da sua parte do contrato, por exemplo pagamentos atempados e participação activa no desenho e preparação dos programas.

Finalmente, o CEP sente que conseguiu aprender das suas experiências, e integrar algumas lições na sua intervenção o que permitiu que as RC cumprissem o seu papel no contexto do programa de responsabilidade social e contribuíssem positivamente para os resultados do programa. Gostaríamos com estas reflexões contribuir para o sucesso de outros programas afins, e para o avanço das rádios comunitárias em Moçambique.

Maputo, Dezembro de 2017



COWI Moçambique, Lda
Av. Zedequias Manganhela, nº 95, 2º andar, Maputo
Telefone: +258 21 358 300 Fax: +258 21 307 369
Email: cowi@cowi.co.mz